 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 041. Islã e suas interfaces no Brasil e no mundo

Francirosy Campos Barbosa (USP) - Coordenador/a, Sonia Cristina Hamid (Instituto Federal de Brasília) - Coordenador/a, Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto (Universidade Federal Fluminense) - Debatedor/a O isl? ? uma das religi?es que mais cresce no mundo, tendo, inclusive, forte presen?a em pa?ses ocidentais. A despeito disso, ele segue sendo ideologicamente constru?do de modo ?orientalista?, visto como uma religi?o ex?tica e retr?grada, al?m de uma amea?a a um suposto ordenamento secular ocidental. De modo a superar uma vis?o essencialista e homog?nea do isl? e de seus praticantes, buscamos o di?logo com pesquisadores que v?m se dedicando a investiga?es sobre esta religi?o em suas variadas intersec?es com quest?es nacionais, econ?micas, ?tnicas, raciais, geracionais, de classe, de g?nero e/ou de instru??o. Da mesma forma, buscamos abordagens que mostrem as rela?es entre fen?menos globais e locais e que apontem, por exemplo, de que modo eventos pol?ticos que ocorreram ou vem ocorrendo em pa?ses com popula?es de maioria mu?ulmana ? primavera ?rabe; radicaliza??o de grupos religiosos; guerras civis em pa?ses como a S?ria; deslocamentos populacionais ? influenciam as percep?es e as vidas de homens e mulheres mu?ulmanos de diferentes maneiras, globalmente. Aceitamos tanto propostas que abordem estas quest?es a partir de perspectivas exclusivamente te?ricass, quanto aquelas que apresentem pesquisas emp?ricas.

?Uma religião de estrangeiros e alheia à cultura nacional?: discursos e ações contra o Islam em Angola

Autoria: Heloisa Maria Paes de Souza

Desde suas origens o Estado angolano procura manter o controle das religiões no espaço público através de um modelo de gestão intervencionista caracterizado, atualmente, pela Lei sobre Exercício da Liberdade de Consciência, de Culto e Religião, de 2004, que estabelece os requisitos necessários para que as mesmas sejam reconhecidas legalmente e, portanto, com capacidade para atuar em favor do bem-estar de seus membros. Nos últimos anos todas as tentativas de reconhecimento jurídico empreendidas por organizações islâmicas têm sido negadas, chegando ao ponto de, no último semestre de 2013, o governo angolano interditar e/ou destruir espaços de culto (mesquitas e centros islâmicos) em diversas províncias, o que levou a mídia internacional a propagar que Angola teria banido o Islam de suas fronteiras. Alegando que a religião muçulmana é praticada por estrangeiros (muitos dos quais em situação ilegal), submete as mulheres à condição de submissão/opressão e que é uma crença estranha à cultura nacional, líderes religiosos e governamentais têm se expressado contra o Islam na mídia local, reproduzindo discursos islamofóbicos. O presente artigo, fruto de pesquisa de campo e bibliográfica, objetiva, a partir de um breve histórico do Islam em Angola, discutir as tensas relações da comunidade muçulmana local na luta pelo reconhecimento jurídico e apresentar os discursos e ações contrários à presença islâmica no país, destacando os efeitos sobre um grupo especial de mulheres ? as muçulmanas angolanas revertidas.

Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**